

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.349 - RS (2019/0351637-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : GILBERTO GAVA
ADVOGADO : EDUARDA GROFF TRENTIN - RS108543

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE, NO CURSO DA AÇÃO JUDICIAL, MAIS VANTAJOSO. EXECUÇÃO DAS PARCELAS ATRASADAS DO BENEFÍCIO POSTULADO EM JUÍZO. ATO DE AFETAÇÃO PELO COLEGIADO DA 1ª. SEÇÃO DO STJ. OBSERVÂNCIA DO ART. 1.036, § 5º. DO CÓDIGO FUX E DOS ARTS. 256-E, II, 256-I DO RISTJ. SUSPENSÃO DO FEITO EM TERRITÓRIO NACIONAL. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 1.036, § 5º. DO CÓDIGO FUX E EMENDA REGIMENTAL 24 DO RISTJ. TEMA 1.018.

1. A Primeira Seção desta Corte, nos autos dos REsp. 1.767.789/PR e 1.803.154/RS, entendeu pela afetação do tema referente à possibilidade de, em fase de Cumprimento de Sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS, enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do art. 18, § 2º. da Lei 8.213/1991.

2. Em síntese, o que se buscará definir é a possibilidade de execução dos valores compreendidos entre a data de concessão do benefício obtido na via judicial e a data de início do benefício reconhecido na via administrativa, mais vantajoso, à luz do que dispõe o art. 18 da Lei 8.213/1991.

3. A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem cuja matéria identifique-se com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.036, § 5º. do Código Fux.

Superior Tribunal de Justiça

4. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos art. 1.036, § 5o. do Código Fux.

5. Publique-se.

6. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR